Atílio Vivácqua, 13 de fevereiro de 2023.

RELACI – Relatório de atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno na UG

Exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE-ES/ IN nº 68/2020

Emitente: Unidade Central de Controle Interno – UCCI
Unidade Gestora: Câmara Municipal de Atílio Vivácqua-ES
Gestor Responsável: Gilcimar da Rocha Silva
Exercício: 2022

1. Introdução

As atividades de Controle Interno da Controladoria da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua-ES foram estabelecidas no Plano Anual de Auditoria Interna 2022, tendo por finalidade indispensável esclarecer questões conflitantes e irregulares, cientificando aos auditados da importância em submeter-se as normas vigentes. Na seleção dos Sistemas auditados, foram considerados os pontos nos aspectos da materialidade, relevância, vulnerabilidade, riscos e falhas, bem como recomendações da UCCI – Unidade Central de Controle Interno pendentes de implementações, quando existentes. As auditorias executadas no exercício de 2022 tiveram como critério os conteúdos que integraram as manifestações apresentadas ao canal de Ouvidoria da Câmara Municipal e ao canal de Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

No exercício de 2022, além das auditorias realizadas, a Unidade de Controle Interno realizou procedimentos rotineiros e preventivos, objetivando acompanhar e melhorar a eficiência e eficácia dos controles internos implantados.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

1. Procedimentos Administrativos abertos pela Unidade de Controle Interno.

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Tipo de procedimento utilizado	Base legal	Procedimento
1.1	Bens em estoque, móveis, imóveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	- Tabelas 10, 12, 14 e 16. - Balancete isolado por Conta Contábil, referência mês 13. - Balanço Patrimonial de 2021.	Verificação documental	- CRFB/88, art.37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96. - IN SCL Nº 02/2013. - IN SCL Nº 04/2013 – versão 02.	- Avaliação das demonstrações contábeis. Evidenciando a integridade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.
1.2	Despesa com folha de pagamento	-Relatório quadrimestral da LRF. - Demonstrativo da Despesa com pessoal de janeiro a dezembro 2021	Verificação documental	- CRFB/88, art.29-A, § 1º.	- Avaliação do gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal. Não ultrapassou os setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

1.3	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores - fixação	-Relatório quadrimestral da LRF. - Demonstrativo da Despesa com pessoal de janeiro a dezembro 2021	Verificação documental	- CRFB/88, art. 29, inciso VI.	- Avaliação da fixação do subsídio dos Vereadores. Atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.
1.4	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores - pagamento	-Relatório quadrimestral da LRF. - Demonstrativo da Despesa com pessoal de janeiro a dezembro 2021	Verificação documental	- CRFB/88, art. 29, inciso VI.	- Avaliação do pagamento dos subsídios dos vereadores. Obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

1.5	Despesa com pessoal – remuneração vereadores	-Relatório quadrimestral da LRF. - Demonstrativo da Despesa com pessoal de janeiro a dezembro 2021	Verificação documental	- CRFB/88, art. 29, inciso VII.	- Avaliação da despesa total dos vereadores. Não ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do município.
1.6	Poder Legislativo Municipal – Despesa total	-Relatório quadrimestral da LRF. - Demonstrativo da Despesa com pessoal de janeiro a dezembro 2021	Verificação documental	- CRFB/88, art. 29-A.	- Avaliação do total de despesa do Poder Legislativo Municipal, incluindo o subsídio dos vereadores e excluindo os gastos com inativos. Não ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.
1.7	Despesa – realização sem prévio empenho	Foram utilizados como amostras todos os processos de despesa com "Diária" durante a Auditoria realizada na IN SFI nº 01/2014 – versão 03.	Verificação documental	- Lei 4.320/1964, art. 60.	- Avaliação de despesas realizadas sem emissão de prévio empenho.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

1.8	Despesa com Diária.	- Processos de empenho, liquidação e pagamento realizados no período de agosto a dezembro/2022.	Verificação documental	– Instrução Normativa SFI nº 01/2014 – versão 03; - Resolução Municipal nº 02/2007; - Resolução Municipal nº 01/2019.	- Avaliação dos processos de diárias com o objetivo de avaliar os fatos que resultaram em recomendações pela Unidade Central de Controle Interno em auditoria realizada no exercício de 2022 – agosto á dezembro/2022.

2. Auditorias e outros Procedimentos realizados

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Achados
2.1	- Avaliar o sistema de controle interno, verificando se o Setor financeiro está cumprindo a Instrução Normativa SFI nº 01/2014 – versão 03; - Verificar se o requerimento para concessão de diária esteve em conformidade	Foi analisado todos os processos de diárias do exercício de 2021 á junho/2022.	- Instrução Normativa SFI SFI nº 01/2014 – versão 03; - Resolução nº 02/2007; e - Resolução nº 01/2019; - Acordão TCE 00398/2019-1;	1 . Verificar a existência e o preenchimento da solicitação de diária; 2 . Verificar se a solicitação de diária está protocolada; 3 . Avaliar se a solicitação de concessão de diária foi protocolada com data anterior ao início ao deslocamento; 4 . Verificar a existência de descrição pormenorizada do motivo do deslocamento;	. Solicitação de diária protocolada no mesmo dia do deslocamento; . Motivação insuficiente na solicitação de diária que caracterize interesse público; . Ausência de interesse público para o deslocamento realizado; . Diárias pagas no mesmo dia que ocorreu o deslocamento; . A devolução das diárias recebidas e não utilizadas não foi realizada de acordo com o estabelecido pela legislação;

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	com as disposições da Resolução nº 02/2007 e suas respectivas alterações e Instrução Normativa SFI nº 01/2014 – versão 03; - Verificar se os pagamentos de diárias foram realizados em conformidade com a legislação aplicável; - Verificar se foi realizado as devidas comprovações dos deslocamentos que ensejaram na concessão de diárias.		- Parecer do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM nº 0693/2019; - Constituição Federal de 1988.	5 . Verificar se a motivação apresentada na solicitação está detalhada e justifica o deslocamento; 6 . Verificar se a solicitação de diária está acompanhada por documentos que justifiquem o deslocamento; 7 . Verificar a existência de assinatura do requerente; 8 . Avaliar a compatibilidade do motivo do deslocamento com o interesse público; 9 . Avaliar a correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo ou atividades desempenhadas no exercício da função; 10 . Avaliar se os requerimentos de diárias estão sendo concedidas mediante termo próprio pelo Presidente da Câmara; 11 . Verificar se a quantidade de diárias pagas está em conformidade com as diárias autorizadas pelo ordenador de despesas; 12 . Verificar se as diárias foram pagas antes da data inicial do deslocamento; 13 . Verificar se a unidade pagadora teve tempo hábil para realizar o pagamento antes da data inicial de deslocamento;	. Ausência de comprovação da viagem realizada.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

				14 . Avaliar se o pagamento das diárias foi fracionado nos termos do dispositivo regulamentar; 15 . Conferir se o valor pago está de acordo com o número de diárias autorizadas e o valor unitário definido; 16 . Verificar se a contabilização da despesa (empenho, liquidação e pagamento) foram realizadas corretamente; 17 . Verificar a existência dos documentos comprobatórios do pagamento de diárias ao requerente; 18 . Verificar a existência de devolução de diária, quando recebida e não utilizadas; 19 . Verificar a existência dos documentos comprobatórios do deslocamento e da atividade que foi realizada; 20 . Verificar se os documentos apresentados trazem as informações necessárias para comprovar a realização do deslocamento, seu período e a localidade de origem e destino; 21 . Verificar se os documentos comprobatórios abarcam o período total de deslocamento e respectivas diárias pagas;	

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

				22 . Verificar se os documentos comprobatórios estão devidamente assinados e com identificação nominal e funcional do assinante; 23 . Avaliar se os relatórios apresentados apresentam informações suficientes para validar o deslocamento; 24 – Verificação da legalidade das concessões de diárias; 25 – Análise da documentação exigida na Instrução Normativa; 26 – Motivação para o deslocamento, demonstrando o nexo entre as suas atribuições e as atividades que serão realizadas na viagem; 27 – Análise da manifestação apresentada na Ouvidoria da Câmara Municipal – WEBCD5261121.	
2.2	- Avaliar o sistema de controle interno, verificando se o Setor de Comunicação, Relações Públicas e Cerimonial está cumprindo a Instrução Normativa SICORCE nº 01/2013.	- Foi analisado o exercício de 2022.	- Instrução Normativa SICORCE nº 01/2013; - Resolução nº 05/2015; - Resolução nº 07/2017; - Lei Federal nº 12.527/11;	1 – Verificação do grau de cumprimento dos itens avaliados pelo Tribunal de Contas TC 04847/2020-7; 2 – Avaliar a transparência Ativa e o Portal de Transparência da Câmara Municipal; 3 – Análise da manifestação apresentada no canal da Ouvidoria do TCEES – Notícia de irregularidade TC nº 00625/2021-1;	- Pontos identificados em situações “Ausente” estão apresentados no idem 2.2 do presente relatório.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

				4 – Avaliar se a Câmara Municipal disponibiliza na internet as informações exigidas por lei; 5 – Avaliar se as informações disponibilizadas no portal estão disponíveis na forma que a lei exige.	

2. 1 Auditoria de Conformidade n° 001/2022

RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA INTERNA Nº 001/2022
AUDITORIA DE CONFORMIDADE
Atílio Vivácqua – ES, 06 de setembro de 2022.

Modalidade de auditoria: Conformidade

Plano de Auditoria Interna: 2022

Setor: Financeiro **Período auditado**: Exercício de 2021 a junho/2022

Período de realização de auditoria: 04 a 29 de julho de 2022.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

RESPONSÁVEL PELA SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		
Nome	**Cargo**	**Matrícula**
Ludmila Pontes Matielo	Diretora de Adm. e Finanças	305

AUDITOR		
Nome	**Cargo**	**Matrícula**
Sulaima B. Neves	Controladora Geral	0100

SUMÁRIO

1. **Considerações iniciais.....3**
2. **Metodologia.....5**
3. **Base Normativa.....5**
4. **Resultados dos exames.....5**
5. **Achados de Auditoria.....9**
6. **Conclusão.....16**

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente, registro que toda a utilização de recursos públicos exige rigoroso controle por parte da Administração, até mesmo para possibilitar uma verificação posterior do interesse público pelo controle interno e externo. Compete a Administração Pública agir com zelo e devida cautela na utilização de bens e valores públicos. É imprescindível que haja um sistema de controle na prestação dos serviços realizados.

Diárias são valores pagos ao agente político ou servidor público por dia de afastamento da sede do serviço, em caráter eventual e transitório, quando em atividade realizada no interesse ou em virtude do exercício de suas funções, destinadas a indenizá-los de despesa extraordinária com hospedagem, alimentação e locomoção.

Os valores recebidos em virtude de viagem a serviço têm caráter indenizatório, e tem como objetivo compensar o servidor ou agente político por gastos realizados com hospedagem, alimentação e locomoção.

Para que se tenha a concessão de diárias é necessário a existência de motivação e motivo para locomoção do agente político ou do servidor público, demonstrando o nexo entre suas atribuições e as atividades que serão realizadas na viagem.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Destaco a existência da Resolução Municipal nº 02/2007 e Resolução Municipal nº 01/2019 onde fixa o valor da diária concedida a servidor públicos e agentes políticos e existência da Instrução Normativa SFI nº 01/2014 – versão 03, onde estabelece as rotinas e os procedimentos para concessão de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua.

A Controladoria Geral da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua-ES, instaurou a presente auditoria com o desígnio de avaliar os processos de concessão de diárias no âmbito da Câmara Municipal, com o objetivo de verificar a observância da legislação nas concessões de diárias, a tempestividade e qualidade dos registros pertinentes nos sistemas contábil e corporativos obrigatórios, bem como a análise dos conteúdos que integraram as manifestações cadastradas no Canal da Ouvidoria da Câmara Municipal e ao canal de Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sendo elas:

Canal	Manifestação	Conteúdo
Ouvidoria da CMAV	WEBCD5261121	Despesas com diárias
Ouvidoria do TCEES	Notícia de irregularidade TC nº 00625/2021-1	- Despesas com diárias.

Em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAI 2022, apresenta-se o Relatório de Auditoria Interna sobre Administração Financeira. Este trabalho de auditoria interna contém o resultado dos trabalhos de avaliação efetuados no que diz respeito as atividades relativas as rotinas e os procedimentos para concessão de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua.e dentre outros pontos expressos na IN sobre o tema. O trabalho foi realizado no período de 04 a 29 de julho/2022. O período utilizado, seleção das

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

amostras, foram considerados bom base nas manifestações cadastradas no canal da Ouvidoria da Câmara Municipal e Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sendo executado de acordo com os procedimentos de auditoria geralmente aceitos, na extensão julgada necessária às circunstâncias apresentadas e não houve restrição aos exames.

2. ESCOPO DO TRABALHO

a) Verificação da legalidade das concessões de diárias;
b) Análise da documentação exigida na Instrução Normativa;
c) Motivação para o deslocamento, demonstrando o nexo entre as suas atribuições e as atividades que serão realizadas na viagem;

3. METODOLOGIA

Procedimentos de auditoria adotados:

a) Análise documental;
b) Observação;
c) Correlação entre informações;

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

c) Inspeção física; e

f) Outros.

3. BASE NORMATIVA

a) Normativos Internos – Instrução Normativa SFI nº 01/2014 – versão 03, Resolução Municipal nº 02/2007 e Resolução Municipal nº 01/2019.

b) Normativos Externos – Regimento Interno do TCEES, Constituição Federal de 1988 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Acórdão TCE 00398/2019-1 e Parecer do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM nº 0693/2019.

4. RESULTADO DOS EXAMES

Inicialmente, foram elaboradas 03(três) Questões de Auditoria (QA) sobre temas relevantes referentes a Diárias. Na análise de cada QA, são elencados os requisitos e a metodologia aplicada para conferência dos temas abordados, conforme estabelecido pelas normas internas. Para cada QA foi testada *por análise documental e correlação entre informações*, conforme descrito abaixo:

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

MATRIZ DE PROCEDIMENTOS

Objetivo: Analisar a conformidade e legalidade da realização das etapas do procedimento de concessão de diárias pagas a servidores e aos agentes políticos no período do Exercício de 2021 a junho/2022.

QA	QUESTÃO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO(S)	POSSÍVEIS ACHADOS
01	**<u>Requerimento e anuência</u>** **O requerimento para a concessão de diárias está em conformidade com as disposições da Resolução nº 02/2007 e suas respectivas alterações e Instrução Normativa SFI nº 01/2014 – versão 03?**	. Verificar a existência e o preenchimento da solicitação de diária; . Verificar se a solicitação de diária está protocolada; . Avaliar se a solicitação de concessão de diária foi protocolada com data anterior ao início ao deslocamento; . Verificar a existência de descrição pormenorizada do motivo do deslocamento; . Verificar se a motivação apresentada na	. Solicitação de diária protocolada no mesmo dia do deslocamento; . Motivação insuficiente na solicitação de diária que caracterize interesse público; . Ausência de interesse público para o deslocamento realizado;

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

		solicitação está detalhada e justifica o deslocamento; . Verificar se a solicitação de diária está acompanhada por documentos que justifiquem o deslocamento; . Verificar a existência de assinatura do requerente; . Avaliar a compatibilidade do motivo do deslocamento com o interesse público; . Avaliar a correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo ou atividades desempenhadas no exercício da função; . Avaliar se os requerimentos de diárias estão sendo	

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

		concedidas mediante termo próprio pelo Presidente da Câmara.	
02	**<u>Pagamento</u>** **Os pagamentos de diárias foram realizados em conformidade com a legislação aplicável?**	. Verificar se a quantidade de diárias pagas está em conformidade com as diárias autorizadas pelo ordenador de despesas; . Verificar se as diárias foram pagas antes da data inicial do deslocamento; . Verificar se a unidade pagadora teve tempo hábil para realizar o pagamento antes da data inicial de deslocamento; . Avaliar se o pagamento das diárias foi fracionado nos termos do dispositivo regulamentar;	. Diárias foram pagas no mesmo dia que ocorreu o deslocamento; . A devolução das diárias recebidas e não utilizadas não foi realizada de acordo com o estabelecido pela legislação;

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

		. Conferir se o valor pago está de acordo com o número de diárias autorizadas e o valor unitário definido; . Verificar se a contabilização da despesa (empenho, liquidação e pagamento) foram realizadas corretamente; . Verificar a existência dos documentos comprobatórios do pagamento de diárias ao requerente; . Verificar a existência de devolução de diária, quando recebida e não utilizadas.	
03	**<u>Comprovação de deslocamento</u>**	. Verificar a existência dos	. Ausência de comprovação da viagem realizada.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	Foram realizadas as devidas comprovações dos deslocamentos que ensejaram na concessão de diárias?	documentos comprobatórios do deslocamento e da atividade que foi realizada; . Verificar se os documentos apresentados trazem as informações necessárias para comprovar a realização do deslocamento, seu período e a localidade de origem e destino; . Verificar se os documentos comprobatórios abarcam o período total de deslocamento e respectivas diárias pagas; . Verificar se os documentos comprobatórios estão devidamente	

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

		assinados e com identificação nominal e funcional do assinante; . Avaliar se os relatórios apresentados apresentam informações suficientes para validar o deslocamento.	

5. ACHADOS DE AUDITORIA

5.1 Do Requerimento e anuência

Questão 01 - A presente Questão de Auditoria teve por objetivo verificar se os pedidos de solicitações de diárias estão sendo realizados conforme previsto na Instrução Normativa SFI nº 01/2014 – versão 03, bem como sua anuência.

Foram abordados os seguintes requisitos: a existência e o preenchimento da solicitação da diária; existência de protocolo; protocolo realizado dentro do prazo previsto na norma interna; existência de descrição pormenorizada do motivo, detalhada e justificada do deslocamento;

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

existência de juntada de documentos no pedido da diária que justifique o deslocamento; existência de assinatura do requerente; existência de compatibilidade do motivo do deslocamento com o interesse público; existência de correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo ou atividades desempenhadas no exercício da função; existência de documento próprio emitido pelo Presidente da Câmara concedendo a diária ao requerente.

Constatação: foi observado que em grande quantidade de processos de diárias os requerimentos foram realizados na mesma data do deslocamento pretendido, estando em desacordo com a antecedência mínima estabelecida na Instrução Normativa SFI nº 01/2014 – versão 03.

Muitos foram os processos que não ficaram demonstrado motivação suficiente na solicitação da diária apresentada, não contendo a descrição objetiva e pormenorizada que justificasse o deslocamento do requerente. Foi observado que, ainda na inexistência da descrição detalhada do motivo do deslocamento apresentado no requerimento do beneficiário, tiveram, os mesmos processos, a aceitabilidade e deferimento do Presidente da Câmara Municipal.

Como já relatado anteriormente, para que se tenha a concessão de diárias é necessário a existência de motivação e motivo para locomoção do agente político ou do servidor público, demonstrando o nexo entre suas atribuições e as atividades que serão realizadas na viagem.

Na presente auditoria foi encontrado diversos processos sem comprovação de interesse público, conforme se pode observar no anexo III do presente relatório. As irregularidades encontradas nos processos estão relacionadas a ***ausência de motivo.***

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Ainda que o requerimento de diária possua fundamentos que caracterize o motivo do deslocamento, deverá o mesmo possuir pressupostos que justifique o interesse público para tais viagens.

Nessa linha, entendo que ainda que exista norma autorizativa para os pagamentos de diárias, cabe ao gestor público, avaliar com cautela o melhor uso do dinheiro público e sempre observando o interesse público e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, visto que eles atuam como limitadores da discricionaridade administrativa.

Do exame dos documentos encaminhados a Unidade Central de Controle Interno, referente a concessão de diárias, verifica-se a constância, durante o exercício de 2021 e 2022, do pagamento de diárias para realização de viagens, com os mais diversos objetivos, tais como participação em fóruns, cursos, encontros, reunião em gabinete de Deputado, solenidade de divulgação de resultado, visita técnica, dentre outras.

Apesar da aparente diversidade dos temas tratados nos eventos, considero que a concessão e pagamento de diárias continuado desnatura o próprio instituto jurídico desta despesa, extraindo sua natureza indenizatória para conferir um cunho remuneratório.

Assim, a concessão de diárias tem validade legal desde que voltadas ao atendimento dos serviços, necessidades e atribuições do mandato do vereador e dos cargos administrativos ocupados pelos beneficiários que, cumprindo com suas atribuições e desenvolvendo as atividades parlamentares ou da administração, atendem ao interesse público

Análise: Para alguns processos foi observado que existiu:

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

a) . Solicitação de diária protocolada no mesmo dia do deslocamento;
b) . Motivação insuficiente na solicitação de diária que caracterize interesse público;
c) . Ausência de interesse público para o deslocamento realizado.

Recomendação: Que seja notificado os servidores e agentes políticos que, constantemente, vem solicitando diária no mesmo dia do deslocamento pretendido; que todos os processos de diárias sejam devidamente protocolados na secretaria da Casa; Que seja notificado os servidores e agentes políticos que em seu requerimento de diária não vem apresentando os elementos essências para a concessão da diária, sendo esses a descrição objetiva do serviço, a programação do evento, o convite, folder ou informativo; que o Presidente da Câmara Municipal, ao receber o requerimento de diária certifique da existência de interesse público para o deslocamento pretendido;

5.2 Pagamento

Questão 02 – A presente Questão de Auditoria teve por objetivo verificar se os pagamentos de diárias estão sendo realizados conforme a legislação aplicável.

Foram abordados os seguintes requisitos: a quantidade de diárias pagas está em conformidade com as diárias autorizadas pelo ordenador de despesa; as diárias foram pagas antes da data inicial do deslocamento; a unidade pagadora teve tempo hábil para realizar o pagamento antes da data inicial do deslocamento; o pagamento das diárias foi fracionado nos termos do dispositivo regulamentar; o valor pago está de

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

acordo com o número de diárias autorizadas e o valor unitário definido; a contabilização da despesa foi realizado corretamente (empenho, liquidação e pagamento); existência de documentos comprobatórios do pagamento da diária ao requerente; existência de devolução de diária para e não utilizada.

Constatação - Foi observado a existência de vários pagamentos de diárias realizados no mesmo dia da viagem bem como a existência de diária recebida e não utilizada, sendo devolvida fora do prazo estabelecido na Normativa Interna.

Estabelece a Instrução Normativa que, o requerimento de concessão de diárias deverá ser realizado com antecedência mínima de 1(um) dia útil, contado da data do deslocamento pretendido. Tal exigência se configura pela necessidade de tempo hábil que o Gestor terá para analisar os fundamentos legais para sua concessão, análise da existência de finalidade pública, bem como para que o setor contábil tenha tempo capaz para a contabilização da despesa (empenho, liquidação e pagamento).

Para os processos analisados, ficou constatado que muitas são as diárias que vêm sendo realizado o pagamento no mesmo dia do deslocamento pretendido, considerando que o beneficiário vem requerendo a diária no mesmo dia para tal viagem.

Na presente auditoria foi observado o pagamento de diária ao Presidente da Câmara Municipal no mês de abril/2022 e não utilizada, sendo os valores restituídos somente em junho/2022.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Importante se faz deixar registrado que, prevê a Instrução Normativa SFI nº 01/2014 que as diárias recebidas pelo beneficiário quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento, este deverá fazer a devolução no prazo de 24 (vinte e quatro) horas junto a Unidade de Diretoria de Administração e Finanças.

Ainda sobre o tema, estabelece a Instrução Normativa SFI nº 01/2014, que o beneficiário que estiver devendo o relatório de prestação de contas de diárias, após os cinco dias que retornar ao trabalho, não receberá outra diária enquanto não fizer a devida prestação de contas da anterior.

Acontece que, no caso concreto, o Presidente da Câmara Municipal, como se não bastasse, além de não restituir os valores da diária recebida em 13 de abril/2022, continuou nos meses subsequentes requerendo e recebendo novas diárias sem a devida prestação de contas da anterior.

Entende a Unidade Central de Controle Interno que o erro ocorrido se deu por parte do Presidente da Câmara Municipal (beneficiário) por não restituir os valores ao erário dentro do prazo previsto na IN, e ainda assim se beneficiando com novas diárias nos meses sequentes e por parte da Unidade de Administração e Finanças por não ter observado a inexistência da restituição da diária paga e não utilizada bem como a realização da contabilização de novas diárias requeridas pelo Presidente após o fato ocorrido.

Análise: Para alguns processos foi observado que existiu:

a) Pagamento de diária realizado no mesmo dia do deslocamento;

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

b) Devolução de diária recebida e não utilizada não foi realizada de acordo com o estabelecido pela legislação;

Recomendação: que a Unidade de Diretoria de Administração e Finanças, ao receber o pedido de concessão de diária, analise se o requerente não possui relatórios de prestação de contas de diária pendentes, impossibilitando o mesmo em receber outra diária enquanto não fizer a devida prestação de contas justificando o atraso; que a Unidade de Diretoria de Administração e Finanças informe aos servidores e agentes políticos que as diárias ***DEVEM*** ser requeridas com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, contado da data do deslocamento pretendido; que seja exigido que na prestação de contas de diária, quando esta for paga com pernoite, seja juntado comprovantes que justifique o recebimento de diária com pernoite.

5.3 Comprovação de deslocamento

Questão 03 – A presente Questão de Auditoria teve por objetivo verificar se foram realizadas as devidas comprovações dos deslocamentos que ensejaram na concessão de diária.

Foram abordados os seguintes requisitos: existência dos documentos comprobatórios do deslocamento e da atividade que foi realizada; os documentos apresentados trazem as informações necessárias para comprovar a realização do deslocamento;

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Constatação – Foi observado a existência de 3(três) diárias que não apresentaram os documentos que comprovassem a realização do deslocamento, sendo essas:

Favorecido	Nº do empenho
Gilcimar da Rocha Silva	233/2021
Gilcimar da Rocha Silva	253/2021
Lauro N. Tosta	294/2021

Prevê a IN SFI nº 01/2014 – versão 03, item 4, que a prestação de contas de diária será constituída pelo relatório das atividades desenvolvidas, **OBRIGATORIAMENTE** anexados documentações que comprovem a efetiva realização da diária.

Entende essa Unidade de Controle Interno que na ausência dos documentos anexados que justifique a efetiva realização da viagem é impossível certificar que o deslocamento tenha de fato ocorrido.

Considerando que as prestações de contas de diária são protocoladas diretamente a Unidade de Diretoria de Administração e Finanças, esta é a responsável pela análise e avaliação prévia das prestação de contas apresentada pelo requerente, sendo de sua responsabilidade analisar se a referida prestação de conta atende ou não as exigências previstas na Norma Interna.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

No oportuno, é importante registrar que, ainda que os processos acima citados careceram de documentos que comprovassem a realização do deslocamento, as descrições objetivas apresentadas pelos beneficiários não caracterizaram interesse público.

Foi observado que, em grande parte das prestações de contas da diária, o requerente não desenvolve em seu relatório as atividades desempenhadas na sua viagem, os serviços executados e o resultado alcançado. A inexistência desses requisitos estabelecidos na Norma Interna impossibilitou a Unidade de Controle Interno na constatação pretendida pelo beneficiário para a realização do determinado deslocamento.

Importante se faz registrar que, ainda que a prestação de conta seja realizada de forma simplificada, através de relatório, deveria o comprovante do deslocamento declarar as atividades específicas relativas as atividades exercidas na viagem, o que não ocorreu em grande parte dos processos de diárias.

Recomendação: que a Unidade de Administração e Finanças, exija que nas prestações de contas de diária seja integrado documentos que justifiquem o deslocamento realizado; que a Unidade de Diretoria de Administração e Finanças possa **DESCONSIDERAR** a prestação de conta de diária que não existir documento que certifique a viagem realizada; que a Unidade de Diretoria de Administração e Finanças dê ciência a todos os servidores e agentes políticos que na ausência de documentos comprobatórios da viagem realizada o requerente será impedido de realizar futuro pedido de diária e até mesmo estará sujeito ao ressarcimento ao erário pela diária recebida e não comprovada; que a Unidade de Diretoria de Administração e Finanças oriente aos servidores e agentes políticos que no relatório das atividades desenvolvidas seja demonstrado a descrição objetiva do deslocamento e o resultado alcançado com a viagem.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

6. CONCLUSÃO

A partir dos exames realizados foram observadas impropriedades no tocante a pagamento de diárias. O presente trabalho, no entanto, muito além de apenas apontar impropriedades causadas por falhas na atuação da chefia imediata e falhas na operação da Unidade de Diretoria de Administração e Finanças, teve como objetivo fortalecer e tornar mais eficiente o Sistema de Controle Interno do setor de Sistema Financeiro da CMAV, por meio da função orientativa que cabe a esta Controladoria Geral.

Considerando, por fim, o exposto nesse Relatório de Auditoria Interna, temos o seguinte:

1. Submeto o presente relatório à apreciação da Presidência, para que seja tomado conhecimento das divergências consideradas relevantes pela Unidade de Controle Interno, referentes às constatações na gestão do Sistema Financeiro;
2. Utilizando-se fundamentalmente, das recomendações efetuadas no corpo deste relatório, sejam tomadas as providências que Vossa Excelência achar cabível;
3. Recomendar ao ressarcimento ao erário os beneficiários listados no anexo III do presente relatório;
4. Recomendar ao Presidente da Câmara Municipal que quanto a concessão de diárias seja analisada e avaliada previamente ao deferimento posto pelo Gestor, comprovando a devida evidenciação do interesse público;
5. Encaminhe a tomada de decisão aos servidores e agentes políticos competentes, para que estes adotem providências a partir da ciência da decisão de Vossa Excelência;
6. Recomendar a Unidade de Diretoria de Administração e Finanças a atualização da Instrução Normativa SFI nº 01/2014 – versão 03;

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

7. Após o envio das decisões tomadas pela Presidência aos servidores e agentes políticos competentes, que venha a ser comunicado a Unidade de Controle Interno, para que possamos efetuar junto ás unidades administrativas, o monitoramento da implementação das recomendações, acatadas por Vossa Excelência.
8. Que autorize que seja disponibilizado na integra o relatório técnico no portal da Transparência da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua-ES, em atendimento ao disposto no art. 7º, VII, 'b' da Lei Federal nº12.527/2011.

É o relatório.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

DESPESAS COM DIÁRIAS PASSÍVEIS DE DEVOLUÇÃO - 2021

Empenho Nº	Evento	Local	Período	Favorecido	Valor (R$)	Indicativo de ausência de interesse público
33/2021	Reunião no Palácio Anchieta com a Sra. Denisia Dias Batista	Vitória/ES	03/03/2021	Gilcimar da Rocha Silva	250,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público
219/2021	Reunião na Assembleia Legislativa com Procurador Geral **(Assunto: atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal)**	Vitória/ES	02/09/2021	Gilcimar da Rocha Silva	250,00	Interesse Particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público. Ausência de correlação entre a descrição do pedido da diária com as atividades desempenhadas na viagem.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

233/2021	Reunião na Assembleia Legislativa com a Vice Governadora Jaqueline Moraes **(Assunto: atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal)**	Vitória/ES	23/09/2021	Gilcimar da Rocha Silva	250,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público. Não possui comprovação de participação no evento. As fotos utilizadas no processo são as mesmas utilizadas na viagem do dia 02/09/2021, empenho nº 219/2021.
253/2021	Comparecimento no SECTIDEZ	Vitória/ES	06/10/2021	Gilcimar da Rocha Silva	250,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público. Não possui comprovação de participação no evento.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

255/2021	Reunião no Palácio Anchieta com a Sra. Denisia Dias Batista	Vitória/ES	11/10/2021	Romerio Gomes Dias	250,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público.
256/2021	Reunião no Palácio Anchieta com a Sra. Denisia Dias Batista.	Vitória/ES	11/10/2022	Renan Coelho Correa	250,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público.
266/2021	Solenidade de divulgação do Resultado do Edital Funpaes 2021	Vitória/ES	14/10/2021	Gilcimar da Rocha Silva	250,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

270/2021	Reunião com o Deputado Estadual Marcos Madureira na Assembleia Legislativa **(Assunto: atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal)**	Vitória/ES	18/10/2021	Gilcimar da Rocha Silva	250,00	Interesse Particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público. Constantes viagens com a mesma descrição objetiva, sem apresentar a Câmara Municipal os benefícios agregados nessas discussões "Atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal".
289/2021	Reunião no gabinete da presidência da Assembleia Legislativa	Vitória/ES	03/11/2021	Gilcimar da Rocha Silva	350,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

294/2021	Encontro Regional com as Câmaras Municipais do Estado	Vitória/ES	10/11/2021	Lauro Nascimento Tosta	250,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público. Não possui comprovação de participação no evento.
296/2021	Encontro Regional com as Câmaras Municipais do Estado	Vitória/ES	10/11/2021	Gilcimar da Rocha Silva	250,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público.
297/2021	Encontro Regional com as Câmaras Municipais do Estado	Vitória/ES	10/11/2021	Roberto da Silva Mello	250,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

						foram capazes de comprovar o interesse público.
				Total de Diárias:	**R$3.100,00**	

DESPESAS COM DIÁRIAS PASSÍVEIS DE DEVOLUÇÃO - 2022

Empenho Nº	Evento	Local	Período	Favorecido	Valor (R$)	Indicativo de ausência de interesse público
198/2022	Reunião da ASCAMVES para participar da pauta sobre o projeto de gravação PodCast da ASCAMVES	Vitória/ES	30/06/2022	Gilcimar da Rocha Silva	350,00	Interesse particular. Não foi demonstrado quaisquer resultados que revelem os benefícios agregados a Administração, cujo conteúdo programático por si só, não foram capazes de comprovar o interesse público.
				Total de Diárias:	**R$350,00**	

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

2.2 Auditoria de Conformidade nº 002/2022

RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA INTERNA Nº 002/2022
AUDITORIA DE CONFORMIDADE
Atílio Vivácqua – ES, 30 de novembro de 2022.

Modalidade de auditoria: Conformidade

Plano de Auditoria Interna: 2022

Setor: Serviço de Comunicação, Relações Públicas e Cerimonial **Período auditado**: Exercício de 2022

Período de realização de auditoria: 26/09 a 30/11 de 2022.

RESPONSÁVEL PELA SETOR DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E CERIMONIAL		
Nome	**Cargo**	**Matrícula**
Maysa Freitas da Silva	Chefe de Relações Públicas	315

AUDITOR		
Nome	**Cargo**	**Matrícula**
Sulaima B. Neves	Controladora Geral	0100

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

SUMÁRIO

7. **Considerações iniciais.....3**
8. **Metodologia.....4**
9. **Base Normativa.....5**
10. **Resultados dos exames.....,.....5**
11. **Achados de Auditoria.....6**
12. **Conclusão.....6**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente, registro que a “Transparência” na gestão pública é um importante mecanismo de controle social, uma vez que possibilita ao cidadão verificar como os recursos públicos estão sendo utilizados.

Assim, com a obrigatoriedade de disponibilizar informações concernentes á execução orçamentária e financeira em tempo real, o portal de transparência é um instrumento valioso para exercer o controle social.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Destaco a existência da Resolução Municipal nº 05/2015 que regulamenta a Lei Federal nº 12.527 no âmbito da Câmara Municipal, a Resolução Municipal nº 07/2017 que institui e regulamenta a Ouvidoria no âmbito da Câmara Municipal e Instrução Normativa SICORCE nº 01/2013 onde estabelece os procedimentos cabíveis ao serviço de Comunicação, Relações Públicas e Cerimonial no âmbito da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua.

A Controladoria Geral da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua-ES, instaurou a presente auditoria com o desígnio de avaliar o conteúdo que integrou a manifestação apresentada no canal de Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sendo esta:

Canal	Manifestação	Conteúdo
Ouvidoria do TCEES	Notícia de irregularidade TC nº 00625/2021-1	- Portal de transparência da CMAV.

Em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAI 2022, apresenta-se o Relatório de Auditoria Interna sobre o Portal de Transparência da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua. Este trabalho de auditoria interna contém o resultado dos trabalhos de avaliação efetuados no que diz respeito as atividades relativas à “transparência” no âmbito da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua.e dentre outros pontos expressos na IN sobre o tema. O trabalho foi realizado no período de 26/09 a 30/11/2022. O período utilizado, seleção das amostras, foram considerados bom base nas manifestações cadastradas no canal da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sendo executado de acordo com os procedimentos de auditoria geralmente aceitos, na extensão julgada necessária às circunstâncias apresentadas e não houve restrição aos exames.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

2. ESCOPO DO TRABALHO

a) Verificação do grau de cumprimento dos itens avaliados pelo Tribunal de Contas TC 04847/2020-7, cujo objetivo foi avaliar a transparência Ativa e os Portais de Transparências de Câmaras e Prefeituras Municipais do Espírito Santo;
b) Análise da manifestação apresentada no canal da Ouvidoria do TCEES – Notícia de irregularidade TC nº 00625/2021-1.

3. METODOLOGIA

Procedimentos de auditoria adotados:

a) Correlação entre informações;
b) Inspeção física; e
c) Outros.

3. BASE NORMATIVA

a) Normativos Internos – Instrução Normativa SICORCE nº 01/2013, Resolução Municipal nº 05/2015 e Resolução Municipal nº 07/2017.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

b) Normativos Externos – Regimento Interno do TCEES, Constituição Federal de 1988 – Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei Complementar 131/2009 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Processo TC 04847/2020-7 (Fiscalização 00031/2020-1.

4. RESULTADO DOS EXAMES

Inicialmente, em cumprimento ao objetivo, foram elaboradas 02(duas) Questões de Auditoria (QA), sendo as seguintes:

Q1 – A Câmara Municipal de Atílio Vivácqua disponibiliza na Internet as informações exigidas por lei?

Q2 – As informações estão disponíveis na forma que a lei exige?

5. ACHADOS DE AUDITORIA

Vide tabela no Anexo I.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

7. CONCLUSÃO

Aos pontos identificados no Anexo I onde a “Situação” se encontra “Ausente”, recomenda-se a servidora responsável pelo Portal de Transparência da Casa providências para regularização imediata dos mesmos, bem como o monitoramento diário das informações disponibilizadas no site oficial e Portal de Transparência, em cumprimento as normas legais cabíveis.

Considerando, por fim, o exposto nesse Relatório de Auditoria Interna, temos o seguinte:

9. Submeto o presente relatório à apreciação da Presidência, para que seja tomado conhecimento dos pontos que se encontram “Ausentes”, conforme consta no Anexo I do presente relatório, que são considerados relevantes pela Unidade de Controle Interno;
10. Encaminhe a tomada de decisão aos servidores responsáveis pelo site e Portal de Transparência da Câmara Municipal, para que estes adotem providências a partir da ciência da decisão de Vossa Excelência;
11. Recomendar a Unidade Gabinete da Presidência a atualização da Instrução Normativa SICORCE nº 01/2013;
12. Recomendar a Unidade de Gabinete da Presidência a regulamentação, imediata, no âmbito da Câmara Municipal, das Leis nº 13.460/2017 – Código de Defesa do Usuário e Lei nº 13.709/2018 – LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados;
13. Após o envio das decisões tomadas pela Presidência aos servidores, que venha a ser comunicado a Unidade de Controle Interno, para que possamos efetuar junto ás unidades administrativas, o monitoramento da implementação das recomendações, acatadas por Vossa Excelência.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

14. Que autorize que seja disponibilizado na integra o relatório técnico no portal da Transparência da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua-ES, em atendimento ao disposto no art. 7º, VII, ‘b’ da Lei Federal nº12.527/2011.

É o relatório.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

ANEXO I

TRANSPARÊNCIA POR TIPO DE INFORMAÇÃO		
Tipo	**Descrição**	**Situação**
Despesas		
Empenhos		
Categoria econômica	Especificação do produto ou serviço.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714
CPF ou CNPJ do Beneficiário	CPF ou CNPJ.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714
Data do empenho	A data em que o empenho foi realizado.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714
Elemento de despesa	Tem por finalidade	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, obras e instalações, equipamentos e material permanente.	
Grupo de Natureza da Despesa	Pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	correntes, investimentos, amortização da dívida.	
Modalidade Licitatória	Identificação da modalidade licitatória aplicada. EX: Pregão, Convite, Inexigível.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714
Nome do beneficiário	Nome ou Razão Social.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714
Valor empenhado	Indicação do valor empenhado ou do valor da anulação do empenho, incluindo também o valor do reforço do empenho, se houver.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Fonte de recursos	Recursos Ordinários, etc.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714
Modalidade de aplicação	Aplicações Diretas	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714
Processo	Número do processo administrativo.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714
Bem adquirido/serviço prestado	Especificação do produto ou serviço.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714
Função	Relaciona-se com a missão institucional do órgão.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/empenhos_popup/258714
Liquidações		
CPF ou CNPJ do Beneficiário	CPF ou CNPJ	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Data da liquidação	A data em que a liquidação foi realizada.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552
Elemento de despesa	Tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, obras e instalações, equipamentos e material permanente.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Grupo de Natureza da Despesa	Pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, amortização da dívida.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552
Modalidade Licitatória	Identificação da modalidade licitatória. EX: Pregão, Carta Convite, Inexigível.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552
Nome do beneficiário	Nome ou Razão Social.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552
Valor liquidado	Indicação do valor que foi liquidado.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Fonte de recursos	Recursos Ordinários	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552
Função	Relaciona-se a missão institucional do órgão.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552
Modalidade de aplicação	Aplicações Diretas	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552
Processo	Número do processo administrativo.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552
Bem adquirido/serviço prestado	Especificação do produto ou serviço.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552
Categoria econômica	Despesa Corrente ou Despesa de Capital	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/liquidacoes_popup/259552
Pagamentos		

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

CPF ou CNPJ do Beneficiário	CPF ou CNPJ	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Data do pagamento	A data em que o pagamento foi enviado ao banco.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Elemento de despesa	Tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, obras e instalações,	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	equipamentos e material permanente.	
Grupo de Natureza da Despesa	Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Modalidade Licitatória	Identificação da Modalidade Licitatória aplicada: Ex: Pregão, Carta Convite, Inexigível.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Nome do beneficiário	Nome ou Razão Social.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Valor pago	O valor que foi pago ao favorecido.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Fonte de recursos	Recursos Ordinários, Recursos de Convênios, etc.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Função	Relaciona-se com a missão institucional do órgão.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Modalidade de aplicação	Aplicações Diretas, Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, etc.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Processo	Número do processo administrativo.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Número da ordem bancária	Número da ordem bancária – código	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	identificador da ordem bancária na qual o pagamento foi realizado.	
Bem adquirido/serviço prestado	Especificação do Produto ou serviço.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Categoria econômica	Despesa Corrente ou Despesa de Capital.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Variação dos Dados no Tempo	Frequência de atualização (empenho, liquidação e pagamento)	**Diária** (Apresentar dados atualizados até o dia anterior ao que está sendo feita a pesquisa) Atualização feita dois dias anterior a data de análise. https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contabilidade/pagamentos_popup/260026
Ordem Cronológica		
Credor	Identificação do credor.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=52
Fonte	Fonte de recursos.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=52

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Nota de empenho	Número da nota de empenho.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=52
Nota de liquidação	Número da nota de liquidação.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=52
Ordem	Ordem dos pagamentos a serem efetuados.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=52
Valor	Valor dos pagamentos a serem efetuados.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=52
Gestão Fiscal		
Auditorias e Inspeções	Possibilidade de download do relatório final das auditorias realizadas pelo Controle Interno.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/110/auditoria

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	Caso nenhuma auditoria tenha sido realizada, exibir declaração de que "não houve auditorias e inspeções no último ano".	
Prestação de Contas – Julgamento do Tribunal de Contas	Disponibilizar a íntegra do julgamento mais recente emitido pelo Tribunal de Contas ou informar quando ainda não estiver ocorrido em determinado ano.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/documento?documento_tipo=41
Prestação de Contas Anual	Disponibilizar a Prestação de Contas referente	Presente https://www.cmav.es.gov.br/controladoria/pca

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	ao ano anterior, contendo ao menos: balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstrativo das variações patrimoniais.	
Relatórios da LRF – Relatório de Gestão Fiscal	Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal (LRF, art. 55, I, "a". Somente no último quadrimestre: Anexo 5 – Disponibilidade de Caixa e Restos	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/documento?documento_tipo=37

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	a Pagar (LRF, art. 55, III, “a” e “b”).	
Requisitos funcionais		
Pesquisa nos Relatórios da LRF	Permite que o RGF tenha seu conteúdo pesquisável, evitando-se que seja publicado o texto do relatório como imagem.	RGF pesquisável https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/documento?documento_tipo=37
Série histórica da Prestação de Contas	Prestação de Contas Relativas a Exercícios anteriores. Atentar que o TCE tem prazo de 18 meses para julgar as contas do Poder Legislativo Municipal.	2 anos ou menos https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/documento?documento_tipo=41

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Direitos do Usuário – Carta de Serviços		
Requisitos	Informa os requisitos necessários para acessar o serviço.	**Ausente**
Documentos	Informa os documentos necessários para acessar o serviço.	**Ausente**
Tempo de espera	Informa a previsão de tempo de espera para atendimento.	**Ausente**
Serviços oferecidos	Informa os serviços oferecidos.	**Ausente**
Informações necessárias	Disponibiliza as informações necessárias para acessar o serviço (endereço,	**Ausente**

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	contato e horário de atendimento).	
Prazo máximo	Informa a previsão do prazo máximo para a prestação do serviço.	**Ausente**
Patrimônio		
Bens Imóveis		
Área	Área do bem imóvel, em metros quadrados, hectares, ou outra unidade.	Não preenchido
Data da avaliação	Data em que o valor de avaliação foi aferido.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/335106/detalhes
Descrição	Descrição do bem imóvel	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/335106/detalhes

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Destinação atual	Descrição da destinação do imóvel, se está em uso, cedido, desocupado, etc.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/335106/detalhes
Identificação do Bem	Código identificador do bem	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/335106/detalhes
Localização	Endereço onde o bem se situa	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/335106/detalhes
Frota		
Ano da fabricação	Ano da fabricação do veículo.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/390967/detalhes
Cor	Cor do veículo	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/390967/detalhes
Destinação atual	Descrição da destinação do	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/390967/detalhes

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	veículo. Se está em uso, se está cedido, baixado, etc.	
Indicador de Propriedade	Identificar se o veículo é próprio, locado, cedido, etc.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/390967/detalhes
Marca	Marca do veículo (ex: Ford,	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/390967/detalhes
Modelo	Modelo do veículo (ex: Gol, Palio, Fiesta, etc.)	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/390967/detalhes
Placa do veículo	Placa do veículo	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/390967/detalhes
Outros Bens Móveis		
Descrição do Bem	Descrição que permita entender	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/270297/detalhes

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	o que é o bem móvel.	
Identificação do bem	Código identificador do bem.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/270297/detalhes
Unidade de Localização	Unidade Administrativa ou gabinete onde o bem está localizado.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/270297/detalhes
Valor de Aquisição	Valor de aquisição do bem.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/patrimonio/ver/270297/detalhes
Aspectos Gerais – Informações Gerais		
Competência	As atribuições de cada unidade devem ser explicadas.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/orgao/ler/13/unidade-de-gabinete-da-presidencia
Endereço	O endereço deve ser composto por	Presente https://www.cmav.es.gov.br/orgao/ler/2/unidade-de-procuradoria

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	rua, número, bairro e CEP.	
Estrutura Organizacional	Os nomes das unidades devem ser exibidos em estrutura hierarquia, mostrando a relação de subordinação entre eles.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/pagina/ler/1004/estrutura-organizacional
Horário de atendimento	Dias e horários em que a população pode receber atendimento local ou por telefone.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/pagina/ler/1008/localizacao
Respostas e perguntas frequentes da sociedade	O site deve possuir uma seção específica onde concentre as	Presente https://www.cmav.es.gov.br/pagina/ler/2/perguntas-frequentes

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	perguntas e respostas mais frequentes, tanto sobre o Portal quanto sobre a Transparência da instituição.	
Telefones	Devem ser apresentados os números dos telefones, fixos e celulares, e do fax, se houver.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/orgao
Acessibilidade		
Alto contraste	Permite ativar alto contraste.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/
Apresentação dos Dados		
Download da base de dados	O Portal deve permitir realizar o	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/api/download

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	download completo da base de dados.	
Atividade Parlamentar		
Comissões		
Agenda	Informação de dias e horários em que ocorrem as reuniões ordinárias da comissão.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/spl/comissao-reunioes.aspx?comissao=9
Cargos	Identificação do Cargo que cada parlamentar exerce na Comissão, podendo ser Relator, Secretário, Suplente, etc.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/comissao.aspx?id=10

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Presidência	Indicação do parlamentar que é presidente da comissão.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/comissao.aspx?id=10
Tema	Tema de que trata a comissão, nome da comissão.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/comissao.aspx?id=10
Titulares	Parlamentares que integram a comissão.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/comissao.aspx?id=10
Presença		
Justificativa	Justificativa da ausência do Parlamentar.	**Ausente**
Parlamentar	Identificação do parlamentar cuja presença é exibida.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Arquivo/Documents/SES/598/sessao_598_202210061219446113.pdf
Presença	Identificação da presença ou	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Arquivo/Documents/SES/598/sessao_598_202210061219446113.pdf

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	ausência do Parlamentar.	
Sessão	Identificação da Sessão.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Arquivo/Documents/SES/598/sessao_598_202210061219446113.pdf
Sessões Plenárias		
Ata	Descrição dos resultados das votações e demais deliberações.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Arquivo/Documents/SES/598/sessao_598_202210061239106295.pdf
Data	Dia da sessão.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Arquivo/Documents/SES/598/sessao_598_202210061239106295.pdf
Pauta	Assuntos abordados. Conhecido como “Ordem do dia”.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Arquivo/Documents/SES/598/sessao_598_202210061220169707.pdf
Votações		
Matéria	Identificação da matéria cuja votação é exibida.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Arquivo/Documents/SES/596/sessao_596_202209220819035934.pdf

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Parlamentar	Identificação de cada parlamentar que proferiu o voto.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Arquivo/Documents/SES/596/sessao_596_20220922081903 5934.pdf
Sessão	Identificação da Sessão.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Arquivo/Documents/SES/596/sessao_596_20220922081903 5934.pdf
Voto	Voto de cada parlamentar na matéria.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Arquivo/Documents/SES/596/sessao_596_20220922081903 5934.pdf
Requisitos Funcionais		
Atualização da Ata de Sessão	Apresentar dados dos últimos trinta dias	Dados do mês corrente
Atualização da Presença	Apresentar dados dos últimos trinta dias	Dados do mês corrente
Atualização das votações	Apresentar dados dos últimos trinta dias	Dados do mês corrente
Licitações e Contratos		

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Bens e Produtos adquiridos		
CNPJ do Fornecedor	CNPJ do Fornecedor que vendeu o produto.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/uploads/licitacao/2228-ordem-de-fornecimento-n-62-2022-1661442713.pdf
Data da aquisição	Data em que o bem/produto foi entregue.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/uploads/licitacao/2228-ordem-de-fornecimento-n-62-2022-1661442713.pdf
Identificação do bem comprado	Identificação do bem ou produto entregue.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/uploads/licitacao/2228-ordem-de-fornecimento-n-62-2022-1661442713.pdf
Nome do Fornecedor	Razão Social ou nome fantasia do fornecedor.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/uploads/licitacao/2228-ordem-de-fornecimento-n-62-2022-1661442713.pdf
Preço Unitário	Preço de cada item.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/uploads/licitacao/2228-ordem-de-fornecimento-n-62-2022-1661442713.pdf

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Quantidade adquirida	Quantidade de cada item entregue.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/uploads/licitacao/2228-ordem-de-fornecimento-n-62-2022-1661442713.pdf
Unidade de medida	Unidade de medida de cada item, como Kg, Um, Litro, Fardo, etc.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/uploads/licitacao/2228-ordem-de-fornecimento-n-62-2022-1661442713.pdf
Valor total da operação	Valor total da aquisição.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/uploads/licitacao/2228-ordem-de-fornecimento-n-62-2022-1661442713.pdf
Contratos Administrativos		
CNPJ da contratada	CNPJ do fornecedor contratado.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contrato/ver/2458/detalhes
Data inicial	Data de assinatura, Publicação ou	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contrato/ver/2458/detalhes

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	início de vigência do Contrato.	
Íntegra do Contrato	Disponibilizar o contrato integralmente para download.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contrato/ver/2458/detalhes
Nome da Contratada	Nome ou Razão Social.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contrato/ver/2458/detalhes
Objeto	Descrição do objeto do contrato.	Informa detalhadamente o objeto https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contrato/ver/2458/detalhes
Processo licitatório originário	Informar o número do processo ou do edital de licitação que originou o contrato, ou informação de sua dispensa, caso ocorra.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contrato/ver/2458/detalhes

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Valor contratado	Valor global do contrato.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contrato/ver/2458/detalhes
Vigência do contrato	Prazo de vigência ou data de encerramento do contrato, em meses ou anos.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/contrato/ver/2458/detalhes
Licitações Concluídas		
Data de abertura das propostas	Data e hora de abertura das propostas.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes#anexos
Íntegra da Ata	Disponibilizar a ata do certame, para download por qualquer interessado.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/uploads/licitacao/2227-ata-de-abertura-do-pregao-presencial-n-002-2022-1661168210.pdf
Íntegra do Edital	Disponibilizar o edital e seus anexos integralmente	Presente https://www.cmav.es.gov.br/uploads/licitacao/2227-edital-do-pregao-presencial-n-002-2022-1659709692.pdf

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	para download de qualquer interessado.	
Licitante vencedor	Identificação do licitante vencedor da licitação, bem como do valor de sua proposta.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes#anexos
Licitantes Classificados	Identificação dos licitantes classificados, bem como do valor de suas propostas.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes#anexos
Licitantes Desclassificados	CNPJ ou nome de cada licitante que foi desclassificado.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes#anexos
Modalidade Licitatória	Indicação da modalidade, se pregão, concorrência,	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	tomada de preços, convite.	
Motivos de Desclassificação	Motivo de desclassificação de cada licitante.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes#anexos
Número do Processo ou do Edital	Número do processo licitatório ou do edital de licitação.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes
Objeto licitado	Indicação do objeto licitado, de forma clara e precisa.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes
Licitações em andamento		
Data da abertura das propostas	Data e hora de abertura das propostas.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes
Íntegra do Edital	Disponibilizar e edital e seus anexos integralmente	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	para download de qualquer interessado.	
Modalidade Licitatória	Indicação da modalidade, se pregão, concorrência, tomada de preço, convite.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes
Número do Processo ou do Edital	Número do processo licitatório ou do edital de licitação.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes
Objeto Licitado	Indicação do objeto licitado, de forma clara e precisa.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao/ver/2227/detalhes
Requisitos Funcionais		
Gravação de Relatórios de Licitações	Permite a exportação do resultado de uma	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/api/download

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	consulta para arquivos em diversos formatos, preferencialmente abertos.	
Ferramenta de pesquisa de Licitações	Busca ou apresentação por Órgão, por Fornecedor, Por situação da Licitação, por Modalidade, por Objeto.	Presente (acima de duas pesquisas diferentes) https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao
Atualização das Licitações	Apresentar as licitações recentes.	Presente (dados de até seis meses) https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/licitacao
Pessoal		
Concursos Públicos		

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Concursos em andamento	Disponibilização dos Editais dos Concursos Públicos em andamento.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia
Concursos encerrados	Disponibilização dos Editais dos Concursos Públicos encerrados, bem como os resultados.	**Ausente** (concurso realizado a mais de 12 anos atrás) https://www.cmav.es.gov.br/transparencia
Nomeações e Convocações	Disponibilização dos atos de convocação ou nomeação de servidores públicos aprovados em concursos.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia
Estrutura de Pessoal		

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Nome do Cargo ou Função	Indicação do nome do cargo ou função.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/cargos_e_salarios
Quantidade de vagas	Quantidade de vagas para o cargo ou função.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/cargos_e_salarios
Remuneração do Cargo ou Função	Respectiva remuneração de cada cargo ou função.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/cargos_e_salarios
Tipo de vínculo	Efetivo ou Comissionado.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/cargos_e_salarios
Mês e Ano de competência	Mês e ano ao qual se refere aquele pagamento.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/rendimento/283/?comp_ano=2022
Nome Completo do Servidor	Nome completo do servidor.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/rendimento/283/?comp_ano=2022
Número da Matrícula	Número de matrícula	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/rendimento/283/?comp_ano=2022

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	identificando o servidor na Administração Municipal.	
Número do CPF	Número do CPF do servidor, podendo estar parte oculta.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores
Proventos	Proventos recebidos pelo servidor.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/rendimento/283/?comp_ano=2022
Descontos	Descontos (IR, Previdenciário, etc.)	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/rendimento/283/?comp_ano=2022
Parlamentares		
Contato por meio eletrônico	Endereço de email do parlamentar.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/parlamentar.aspx?id=87
Nome completo	Nome civil do Parlamentar.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/parlamentar.aspx?id=87

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Nome Político	Apelido usado pelo parlamentar. Nome pelo qual é mais conhecido.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/parlamentar.aspx?id=87
Partido Político	Partido político ao qual pertence.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/parlamentar.aspx?id=87
Telefones para contato	Devem ser apresentados os números dos telefones, fixo e celular.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/parlamentar.aspx?id=87
Relação de Servidores		
Carga Horária	Informação da carga horária semanal ou diária do servidor.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores
Cargo ou Função ocupada	Indicação do nome do cargo ou função que o servidor ocupa.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores/0?comp_ano=2022&situacao=Ativo

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Data de Exercício	Data em que o servidor entrou em exercício.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores/0?comp_ano=2022&situacao=Ativo
Enquadramento salarial	Indicação da Classe, Padrão, Referência ou Nível ao qual o servidor se situa em sua carreira.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores
Nome Completo do Servidor	Nome completo do servidor.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores/0?comp_ano=2022&situacao=Ativo
Número da matrícula	Número de matrícula identificando o servidor na Administração Pública.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores/0?comp_ano=2022&situacao=Ativo
Número do CPF	Número do CPF do servidor,	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	podendo estar parte oculta.	
Situação Funcional	Situação do servidor na data em pesquisa, se ativo, em licença, etc.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores/0?comp_ano=2022&situacao=Ativo
Tipo de vínculo	Efetivo ou Comissionado.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores/0?comp_ano=2022&situacao=Ativo
Unidade de Lotação	Unidade onde o servidor exerce suas atividades.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores
Requisitos Funcionais		
Gravação de Relatório	Permite a exportação do resultado de uma consulta para arquivo em diversos formatos,	Exporta em mais de um formato, sem nenhum formato aberto. https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/rendimento/283/?comp_ano=2022

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	preferencialmente abertos.	
Ferramenta de pesquisa	Busca de servidores por nome, cargo, lotação, tipo de vínculo, etc.	Presente (acima de duas pesquisas diferentes) https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores
Frequência de atualização dos salários	Apresentar salários atualizados até o mês anterior ao que está sendo feita a pesquisa.	Presente (dados do mês atual ou anterior) https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/rendimento/283/?comp_ano=2022
Série Histórica dos Salários	Apresentar salários referentes aos últimos 2 anos.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/transparencia/rh/servidores Só disponibiliza os salários do ano atual, 2022.
Produção Legislativa		
Leis aprovadas		

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Autor	Parlamentar que propôs a lei.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/legislacao/ver/4137/detalhes https://www.cmav.es.gov.br/legislacao
Data de Aprovação	Data em que a lei foi aprovada.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/legislacao
Ementa	Assunto de que trata a lei.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/legislacao
Íntegra do texto	Íntegra do texto da lei, em formato pesquisável, evitando-se que o conteúdo seja disposto apenas como imagem.	**Ausente** https://www.cmav.es.gov.br/uploads/lei/lei-n-1318-1669381499.pdf (texto da Lei em imagem)
Número	Número da Lei.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/legislacao

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Situação	Vetada, Sem efeito, Em vigor, etc.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/legislacao
Tipo	Lei Ordinária, Emenda a Lei Orgânica, Lei Complementar, Resolução, Decreto Legislativo.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/legislacao
Proposições de Leis		
Autor	Parlamentar que propôs a lei.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/processo.aspx?id=1329&tipo=2
Data de Proposição	Data em que o projeto começou a tramitar.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/processo.aspx?id=1329&tipo=2
Ementa	Resumo do assunto de que trata o projeto de lei.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/processo.aspx?id=1329&tipo=2

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Íntegra do Texto	Íntegra do texto do projeto de lei, em formato pesquisável, evitando-se que o conteúdo seja disposto apenas como imagem.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=1329&arquivo=Arquivo/Documents/PL/8372022202210271248276391.pdf#P1329
Localização	Comissão, Mesa, Gabinete, etc.	**Ausente** https://atiliovivacqua.splonline.com.br/processo.aspx?id=1329&tipo=2
Número	Código identificador da Proposição.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/processo.aspx?id=1329&tipo=2
Situação	Protocolado, Tramitando, Apensado, Anexado, Concluído, etc.	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/consulta-producao.aspx?situacao=2&ano=2022
Tipo	Proposta de Lei Ordinária, de	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/consulta-producao.aspx?tipo=2

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	Emenda a Lei Orgânica, de Lei Complementar, Resolução, Decreto Legislativo, etc.	
Requisitos Funcionais		
Ferramenta de pesquisa. Leis aprovadas.	Busca ou apresentação das Leis por Ano, Por Tipo, Por Situação, Por Conteúdo, por Número.	Presente https://www.cmav.es.gov.br/legislacao
Ferramenta de pesquisa. Proposições.	Busca ou apresentação das Leis por Ano, Por Tipo, Por	Presente https://atiliovivacqua.splonline.com.br/spl/
Variação dos Dados no Tempo		

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Atualização das Legislações	Apresentar as legislações recentes.	Presente (dados mais recentes entre 2 e 3 meses) https://www.cmav.es.gov.br/legislacao
Série Histórica	Apresentar leis aprovadas nos últimos 5 anos.	Presente (5 anos ou mais) https://www.cmav.es.gov.br/legislacao?csrf_site_name=1b5a4ff8765528d5a983473fc6c3f560&numero=&ano=2016&autor=&situacao=&busca=

Considerando, por fim, o exposto nesse Relatório de Auditoria Interna, temos o seguinte:

15. Submeto o presente relatório á apreciação da Presidência, para que seja tomado conhecimento das divergências consideradas relevantes pela Unidade de Controle Interno, referentes ás constatações na gestão do RH;
16. Ultilizando-se fundamentalmente, das recomendações efetuadas no corpo deste relatório, sejam tomadas as providências que Vossa Excelência achar cabível;
17. Encaminhe a tomada de decisão aos setores competentes, para que estes adotem providências a partir da ciência da decisão de Vossa Excelência;
18. Após o envio das decisões tomadas pela Presidência aos setores competentes, que venha a ser comunicado a Unidade de Controle Interno, para que possamos efetuar junto ás unidades administrativas, o monitoramento da implementação das recomendações, acatadas por Vossa Excelência.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

19. Que autorize que seja disponibilizado na integra o relatório técnico no portal da Transparência da Câmara Municipal de Atílio Vivácqua-ES, em atendimento ao disposto no art. 7º, VII, 'b' da Lei Federal nº12.527/2011.

É o relatório.

3. Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados

Tomadas de Contas Especiais	Descrição do caso de dano apurado	Data de Instauração	Data de encaminhamento ao TCE	Valor de débito	Protocolo/ Processo no Tribunal de Contas	Situação de quitação do débito
Nº 002/2021	Apuração de responsabilização ou não dos envolvidos pela omissão na entrega de declarações junto a receita federal, bem como o integral ressarcimento ao erário, se comprovado o dano.	30 de novembro de 2021.	15 de dezembro de 2021.	R$ 8.200,05 (oito mil e duzentos reais e cinco centavos).	27508/2021-9	A Câmara Municipal através do Of. CMAV nº 05/2023 buscou informações junto ao Poder Executivo quanto ao efetivo recebimento do ressarcimento do dano apurado, ou as providências administrativas e/ou judiciais adotadas para a cobrança dos créditos constituídos, bem como o encaminhamento de documentações que evidenciem o devido pagamento ou inscrição em dívida ativa. Em resposta, o Poder Executivo, por meio do Of. PMAV lavrado pelo setor tributário, informou que o referido débito se encontra em aberto e que os valores dos débitos se encontram inscritos em dívida ativa, não encaminhando ao Poder Legislativo nenhuma comprovação que evidencie a efetividade da referida inscrição da dívida. A Câmara Municipal providenciará a baixa dos valores registrados na contabilidade no exercício de 2023.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

Nº 001/2022	Apuração de responsabilização ou não dos envolvidos ao pagamento do vencimento da servidora Jéssica Rios Ferreira, competência 07/2021, bem como apurar se há ou não recebimento indevido pela servidora nesse mesmo período, e sequentemente o integral ressarcimento ao erário se comprovado o dano.	04 de janeiro de 2022.	06 de janeiro de 2022.	R$ 853,70 (oitocentos e cinquenta e três reais e setenta centavos).	00433/2022-8	A Câmara Municipal através do Of. CMAV nº 06/2023 buscou informações junto ao Poder Executivo quanto ao efetivo recebimento do ressarcimento do dano apurado, ou as providências administrativas e/ou judiciais adotadas para a cobrança dos créditos constituídos, bem como o encaminhamento de documentações que evidenciem o devido pagamento ou inscrição em dívida ativa. Em resposta, o Poder Executivo, por meio do Of. PMAV lavrado pelo setor tributário, informou que o referido débito se encontra em aberto e que os valores dos débitos se encontram inscritos em dívida ativa, não encaminhando ao Poder Legislativo nenhuma comprovação que evidencie a efetividade da referida inscrição da dívida. A Câmara Municipal providenciará a baixa dos valores registrados na contabilidade no exercício de 2023.
Nº 002/2022	Apuração de responsabilidade ou não dos envolvidos na omissão do pagamento de décimo terceiro salário, devido a servidora Jéssica Rios Ferreira, no exercício de 2020 e pago no exercício de 2021, bem como a apuração a dobra de férias concedida a servidora referente ao período aquisitivo de 06/07/2019 a 05/07/2020, ultrapassando a data limite para concessão	04 de janeiro de 2022.	06 de janeiro de 2022.	R$ 2.806,80 (dois mil e oitocentos e seis reais e oitenta centavos).	00432/2022-3	A Câmara Municipal através do Of. CMAV nº 07/2023 buscou informações junto ao Poder Executivo quanto ao efetivo recebimento do ressarcimento do dano apurado, ou as providências administrativas e/ou judiciais adotadas para a cobrança dos créditos constituídos, bem como o encaminhamento de documentações que evidenciem o devido pagamento ou inscrição em dívida ativa. Em resposta, o Poder Executivo, por meio do Of. PMAV lavrado pelo setor tributário, informou que o referido débito se encontra em aberto e que os valores dos débitos se encontram inscritos em dívida ativa, não encaminhando ao Poder Legislativo nenhuma comprovação que evidencie a efetividade da referida inscrição da dívida. A Câmara Municipal providenciará a baixa dos valores registrados na contabilidade no exercício de 2023.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.

	em 05 de julho de 2021 e integral ressarcimento ao erário se comprovado o dano.					

Este é o Relatório RELACI.

Encaminha-se cópia ao Gestor Gilcimar Rocha da Silva.
Encaminha-se cópia ao Diretor de Administração e Finanças, Senhor Yuri Felix Fraga Gonçalves para que seja juntado aos autos da Prestação de Contas Anual de 2022 conforme estabelece a IN TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020.

Sulaima Barbosa das Neves
Controladora Geral

ASSINADO DIGITALMENTE
GILCIMAR DA ROCHA SILVA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por SULAIMA BARBOSA DAS NEVES em: 27/03/2023 15:18.